

Seminário Internacional “Garantindo Direitos das pessoas com transtorno mental em conflito com a Lei: proposições para uma política intersetorial”

O Seminário Internacional “Garantindo Direitos das pessoas com transtorno mental em conflito com a Lei: proposições para uma política intersetorial”, coordenado pela equipe responsável pelo projeto de pesquisa “Observatório de Saúde Mental e Justiça Criminal/UFF”, apresenta como proposta de trabalho discutir e produzir dispositivos para a construção de interfaces entre a política de saúde mental, de acordo com a lógica do SUS, e o sistema de justiça criminal na perspectiva de direitos humanos, em especial na garantia de direitos da pessoa com transtorno mental em conflito com a lei, com fins ao redirecionamento da lógica de atenção à saúde mental no sistema de justiça criminal.

O Seminário pretende constituir um espaço de análise das propostas de desinstitucionalização existentes, em sintonia com as diretrizes das políticas definidas pelos Ministérios da Saúde e da Justiça, e pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Além disso, espera que as análises e discussões, estabelecidas neste espaço, sirvam à construção de propostas efetivas para o enfrentamento dos obstáculos existentes, seja através do encontro de soluções para as dificuldades detectadas nas ações de redirecionamento em curso, seja por meio da aceleração do processo em instituições em que a implementação dessa política esteja acontecendo de modo ainda lento, ou naquelas em que tal processo ainda não tenha sido disparado.

O evento pretende, ainda, indicar a construção de canais facilitadores de diálogo com as instituições envolvidas nesse processo de desinstitucionalização, bem como propor diretrizes objetivas que rompam com as práticas secularmente conhecidas de exclusão, confinamento, maus tratos e cronificação. Nesse sentido, o Seminário visa também promover as experiências que adotem os processos de desinstitucionalização e priorizem os serviços extra-hospitalares como os CAPS e SRT, estimulando a produção de processos de singularização, tais como as que já acontecem nos estados do Rio de Janeiro, em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul e em Goiás.



Universidade Federal Fluminense



O Seminário conta com o apoio do Ministério da Saúde, do Conselho Nacional de Justiça, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e da referida Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.